

## Cooperativismo e rotatividade dos sócios: um estudo de caso na Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável

Cooperatives and turnover of members:  
A case study at the Cooperative of Sustainable Production and Development

Rossandra Oliveira Maciel<sup>1</sup>  
rossandra.maciel@yahoo.com.br

Gisele Silveira Coelho Lopes<sup>1</sup>  
giselelopes@unesc.net

---

**Resumo.** Por intermédio do PAES – Programa de Ações em Economia Solidária –, a associação beneficente ABADEUS solicitou o apoio da UNESCO no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável – COOPERDUS. Para atender tal demanda, foi desenvolvido um projeto de extensão, cujas atividades realizadas permitiram aos acadêmicos extensionistas observar uma forte rotatividade de sócios no empreendimento. Desta forma, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar os motivos que levaram ao desligamento de algumas cooperadas da COOPERDUS, bem como entender as motivações responsáveis pela permanência das mulheres que continuaram na cooperativa. A pesquisa foi descritiva, e a técnica de coleta de dados utilizada foi a observação participante, junto com entrevistas de roteiro semiestruturado, tendo como público-alvo oito mulheres. A abordagem de análise foi predominantemente qualitativa. A COOPERDUS é uma cooperativa que não nasceu de uma demanda vinda dos associados, mas através do estímulo de uma instituição beneficente: a ABADEUS. Por meio da pesquisa, foi possível identificar que, na COOPERDUS, a rotatividade é uma consequência de diversos fatores, dentre eles: a dificuldade em exercer autonomia; as barreiras impostas por uma presidência inativa; a assimetria de informações; a injustiça mascarada pela divisão desigual das sobras; a própria qualificação profissional gratuita que permitia

**Abstract.** The charity ABADEUS requested UNESCO support, via the Solidarity Economic Action Program (PAES), in the process of incubation of the Production Cooperative of Sustainable Development – COOPERDUS. In order to meet this demand, an extension project was developed with activities that allowed the academics to observe a strong turnover of members. Also, a survey was conducted aiming to identify the reasons that led to the disconnection of some COOPERDUS cooperatives, in addition to understand what motivates women to continue in the cooperative. The research was descriptive and the data-collection technique was via participant observation and the interviews were recorded with a semi-structured script, targeted at a group of eight women. The analysis approach was largely qualitative. The COOPERDUS is a cooperative that was not created by a demand from the members, but through the encouragement of a charity: the ABADEUS. Through research, it was possible to identify that in COOPERDUS the turnover is the result of various factors, such as: the difficulty in exercising autonomy, the barriers imposed by a presidency that is inactive; the asymmetry in information; injustice masked by the unequal division of surplus; and the free qualification that enabled specialization, above all the financial difficulties faced. The conclusion of this work is that the turnover of members in COOPERDUS, although it relates to

---

<sup>1</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense. Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário, 88806-000, Criciúma, SC, Brasil.

a especialização; e, sobretudo, as dificuldades financeiras enfrentadas pela cooperativa. A conclusão é que a rotatividade dos sócios na COOPERDUS, estando relacionada a todos estes fatores, é também fruto da forte dependência que a cooperativa tem da instituição que lhe deu origem.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, cooperativa, rotatividade.

all these factors, is the result of the strong dependence that the cooperative has in the institution of its origin.

**Key words:** Solidarity Economy, cooperative, turnover.

---

## Introdução

O sistema capitalista, sendo competitivo e produtor de desigualdades, beneficia apenas parte da população, enquanto a grande maioria só consegue compartilhar miséria e desesperança (Arruda, 2003). Assim, para que haja o mínimo de igualdade social, é preciso estimular, em diversos níveis, cooperação em vez da competição, fazendo-se necessário ir além do capitalismo, buscando superá-lo e, nessa busca, construir alternativas (Cattani, 2003).

Como tentativa de tal superação, emerge, no final do século XX, um tipo de cooperativismo popular que passou a ser chamado de Economia Solidária. De acordo com Lisboa (2005), esta não consiste apenas em uma atividade de subsistência, mas em um modo de vida que pode vir a contribuir para o avanço da civilização, a fim de somar forças dentro de uma perspectiva sustentável, ao gerar um novo padrão nas relações humanas. Para Arruda (2003), há uma variedade de termos que buscam reconceituar a economia sob este novo paradigma, como o da centralidade do trabalho; o do conhecimento e da criatividade; o da cooperação em vez da competição; o da solidariedade como valor central que minimiza o egoísmo utilitário; e o da sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo único do capital. Gaiger (2003) destaca que os empreendimentos englobados pela Economia Solidária compreendem diversas modalidades de organização econômica, contanto que estejam pautadas na livre associação dos trabalhadores e em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade.

Com o objetivo de desenvolver ações voltadas para o trabalho solidário, foi criado, dentro da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, o Programa de Ações em Economia Solidária – PAES. O programa tem por objetivo abrigar projetos de extensão voltados para a co-

munidade, contanto que primem pelos pressupostos da Economia Solidária. Desta forma, por intermédio do PAES, a Associação Beneficente da Assembleia de Deus – ABADEUS, certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, solicitou o apoio da UNESC no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável – COOPERDUS, um empreendimento econômico solidário que tem como principal atividade a costura e a customização de tecidos e roupas, estando situado no bairro Cristo Redentor, no município de Criciúma (SC), local marcado por intensa vulnerabilidade social. Após esse primeiro contato, a ABADEUS trouxe até o PAES as principais demandas da cooperativa, ressaltando a participação da universidade como contribuição na formação técnica e psicossocial em benefício da cooperativa. Deste modo, com o objetivo de atender tal demanda, foi desenvolvido pela universidade um projeto de extensão denominado Ação de Extensão Universitária no Âmbito da Economia Solidária e da Autogestão, que foi aprovado pelo Edital 54/2009-UNESC, possibilitando dar início aos trabalhos.

No decorrer do ano de 2010, foram desenvolvidas diversas atividades na COOPERDUS. Uma equipe interdisciplinar de professores e acadêmicos dos cursos de Administração, Economia e Psicologia se uniram com o propósito de contribuir com o desenvolvimento da cooperativa. Em meio às oficinas realizadas, a equipe teve a oportunidade de conhecer melhor o empreendimento, e nesse processo foi constatado que a cooperativa era composta por 15 mulheres, cujo grau de instrução variava entre o ensino fundamental completo e o analfabetismo, com faixa etária entre 20 e 55 anos. Foi observado ainda que a maior parte das cooperadas eram casadas ou separadas, tinham em sua maioria mais de um filho e contavam com a renda da cooperativa para a subsistência própria e de seus familiares. O desenvolvimento das atividades permitiu aos

estudantes observarem, sobretudo, as fragilidades que o empreendimento enfrentava; dentre estas, a que tinha maior impacto negativo sobre a cooperativa era a rotatividade de mulheres, que acarretava na redução do número de sócias: se no início das atividades a COOPERDUS era composta por 15 cooperadas, no final do projeto restavam apenas seis.

Com vistas a entender o problema supracitado, elaborou-se um projeto de pesquisa, em meio às atividades de extensão, cujo objetivo foi identificar os motivos que levaram ao desligamento de algumas cooperadas da COOPERDUS, bem como entender as motivações responsáveis pela permanência das mulheres que optaram por dar continuidade à cooperativa.

Este texto, que visa relatar o processo, está organizado da seguinte forma: inicialmente, tem-se uma introdução que apresenta brevemente o campo do estudo. Em seguida, é apresentado o marco teórico, que traz a contextualização sobre o histórico do cooperativismo, a economia solidária e a autogestão, adentrando-se sequencialmente numa discussão sobre os benefícios e os limites do cooperativismo, vindo ao encontro do problema da rotatividade; após, segue a metodologia que explica como foi realizada a pesquisa; na sequência, são apresentados os resultados e, por fim, têm-se as considerações finais.

## Marco teórico

### *Contexto histórico do cooperativismo no mundo e no Brasil*

O cooperativismo surgiu, em resposta ao modo de produção capitalista nascente, como forma de tentar superar a exclusão social, a exploração e o desemprego em massa, uma vez que buscava uma sociedade mais justa e igualitária, que tivesse por base a solidariedade entre as pessoas e a promoção humana (Rech, 2000; Veiga e Fonseca, 2002; Ricciardi e Lemos, 2000).

Afirma Cruz (2000) que práticas de cooperação já existiam em tempos anteriores a Cristo, manifestando-se por meio de explorações associativas de terras arrendadas na Babilônia, ou ainda por escolas coletivas, já no século II a.C., em Roma, nas quais eram ensinadas profissões, e onde os problemas que emergiam eram superados através da ajuda mútua dos participantes.

Modernamente, de acordo com Veiga e Fonseca (2002), as primeiras formas associa-

tivas iniciaram a partir de 1760, quando os trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra, reagiram contra os preços dos produtos básicos de que necessitavam. Após esse período, já em 1821, começaram a surgir as cooperativas owenistas; a primeira foi fundada em Londres por jornalistas e gráficos. Owen foi um empresário e filantropo britânico que, em meio ao auge da industrialização, em vez de explorar os trabalhadores, optou por tratá-los de forma humana e justa, reduzindo a jornada e proibindo o trabalho infantil (Singer, 2002). De acordo com Veiga e Fonseca (2002), Owen foi ainda o fundador das Aldeias Cooperativas, comunidades onde os desempregados, afetados pela pobreza da época, podiam, em conjunto, produzir e consumir, trocando o excedente com outras aldeias. Suas atitudes repercutiram em seguidores, e foram estes que ajudaram a criar posteriormente, em 1844, a primeira cooperativa de consumo em Rochdale, composta por 28 tecelões que se uniram com o intuito de comprar conjuntamente os produtos de necessidade básica por um custo menor.

A iniciativa da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Limitada se tornou o embrião do movimento cooperativo em nível mundial. O exemplo foi seguido, de forma que em 1881, na Inglaterra, já havia mais de mil cooperativas de consumo. Estas seguiam não só o exemplo, mas se utilizaram ainda dos princípios contidos no estatuto da cooperativa pioneira. Estes princípios compõem ainda no presente os fundamentos da doutrina cooperativista (Cruz, 2000; Veiga e Fonseca, 2002).

Para o Brasil, o cooperativismo foi trazido pelos imigrantes europeus no século XIX, e vale ressaltar que o surgimento formal de cooperativas ocorreu após 1880, década marcada pela proclamação da República e pela abolição da escravidão. Nesta época, em meio a debates, muitos idealistas defendiam suas opiniões republicanas e socialistas; desta forma, procuravam soluções para os problemas sociais da época, e o cooperativismo veio a tomar forma nessas discussões. Assim, em 1887, foram fundadas as primeiras cooperativas brasileiras, destacando-se a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista. Em 1889, foram criadas mais duas em Minas Gerais, e em 1894, no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Militares. No início do século XX, começaram a aparecer as cooperativas de crédito; a primeira em 1902, no Rio Grande do Sul (Veiga e Fonseca, 2002).

Rech (2000) reconhece o êxito de tais experiências, porém afirma que o que predominou no cooperativismo brasileiro foi o modelo formalista e conservador. O intervencionismo estatal no período da ditadura prejudicou muitas cooperativas e ainda colocou barreiras que dificultaram o desenvolvimento de novas organizações de caráter cooperativo. O Estado brasileiro via o cooperativismo apenas como uma solução básica para alguns problemas produzidos pelo sistema econômico vigente. Esta forma de pensar acabou dificultando o desenvolvimento de muitas cooperativas e impedindo que estas seguissem realmente a proposta da autogestão. Conforme frisam Veiga e Fonseca (2002), o impacto causado pelo regime ditatorial foi tão intenso que, das 2.240 cooperativas registradas em 1960, restavam apenas 292 em 1984.

Já no período posterior, conhecido por Década Perdida (1980-1990), o Brasil passou pelo processo de desindustrialização, gerando desemprego em massa, crise e exclusão social. Em meio a este quadro, surgiram alguns movimentos que visavam apoiar os empreendimentos econômicos solidários, comumente conhecidos como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), onde se filiaram as antigas empresas que, à beira da falência, transformaram-se em cooperativas; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS); e a Cáritas, confederação vinculada a Igreja Católica<sup>2</sup>, que financiou projetos alternativos comunitários visando à geração de trabalho e renda. Vale ressaltar que esta década também foi marcada pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Singer, 2002).

### *Economia Solidária e a autogestão*

A exploração do trabalhador é inerente ao sistema capitalista, que tem o lucro como objetivo central e, como consequência, frequentemente explora, aliena e desumaniza o trabalhador. Barreto e Paula (2009) retomam os clássicos da administração, Frederick Winslow Taylor e Henry Ford, para mostrar o interesse dos mesmos no controle particular da vida dos funcionários, das suas respectivas famílias e do seu comportamento perante a sociedade.

Este modelo de gestão evidencia a invasão predatória do sistema na rotina do trabalhador, de modo a aliená-lo (Antunes, 1992).

Segundo Singer (2002), imensa é a produção de desigualdade em uma economia em que uns acumulam vantagens e outros, desvantagens. A própria produção de bens é de interesse coletivo, porém são poucos os quem têm acesso ao que desejam. Afirma ainda que a igualdade imperaria somente se toda a economia fosse solidária. Assim, frente ao desemprego em massa e ao estrangulamento econômico, ressurgiram, no final do século XX, as iniciativas populares denominadas de Economia Solidária. De acordo com Lisboa (2004), o termo é utilizado para englobar experiências diversas em um amplo movimento social; dentre essas experimentações, encontram-se os assentamentos do MST, cooperativas originadas por antigas empresas privadas (empresas recuperadas), empreendimentos de agricultura familiar, incubadoras de cooperativas, clubes de troca, economia indígena, entre outras.

De acordo com Lisboa (2004), uma das características que define a Economia Solidária é a autogestão. Para Singer (2003), o termo consiste na plena igualdade entre todos os membros de uma organização solidária. Assim, a tomada democrática de decisão qualifica o conjunto de práticas sociais, proporcionando a autonomia do coletivo. Tal exercício caracteriza as relações de cooperação (Albuquerque, 2003). Porém, para Lisboa (2004), embora a autogestão seja uma importante característica da Economia Solidária, ela não pode ser vista como o aspecto central, não sendo suficiente para manter um empreendimento solidário, tendo em vista que este pode existir mesmo não aderindo a ela. O que define de fato um empreendimento solidário é a presença da solidariedade, uma base para que os resultados ultrapassem a ótica materialista convertendo-se em ganhos extraeconômicos (Gaiger, 2003). Desta forma, quando houver solidariedade de modo que as ações do empreendimento estejam voltadas para valores éticos e humanos, e ainda que estes estejam inseridos em uma perspectiva ecológica e social, então é possível dizer que tal empreendimento tem uma postura solidária (Lisboa, 2004).

A emergência da Economia Solidária dá-se, então, em virtude da busca da construção de

<sup>2</sup> A Cáritas Brasileira define-se como uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável e solidário.

uma maior democracia econômica e social, ao propor um novo modo de vida, cujos valores se centram no indivíduo, sobrepondo-o à lógica do capital. Esta nova economia baseada na solidariedade é já uma realidade concreta, embora limitada em alcance; porém se manifesta ainda como um desafio ético, que visa a construir novos estilos de vida pautados em igualdade e sustentabilidade na medida em que articula eficiência com suficiência. Portanto, esta nova economia vem romper com o utilitarismo, com o sistema produtivista e consumista na medida em que busca o real sentido da economia: fazer melhor com menos recursos, usando-os de forma racional. Por fim, é possível salientar que esta forma inovadora vem viabilizar uma reforma social rumo a uma sociedade mais justa, articulando luta política com geração de renda (Lisboa, 2005).

### ***Cooperativismo e rotatividade em cooperativas***

O empreendimento cooperativo, de acordo com Schmidt e Perius (2003), tem como principal valor a contribuição social no sentido de colocar o trabalho acima do capital, o homem acima da máquina e, por fim, a realização pessoal acima da reprodução desenfreada do capital.

A escravidão e a desumanização do indivíduo frente à lógica da transformação do trabalho em mercadoria acabam por ser rompidas no modo de produção proposto pela Economia Solidária, em virtude de esta não ter por base, como princípio, a exploração, mas sim a realização humana, a satisfação econômica, social e cultural do meio. De acordo com Schmidt e Perius (2003), as cooperativas são associações autônomas cujo surgimento se dá por meio da união voluntária de pessoas que buscam uma propriedade comum visando a suprir suas necessidades. Contudo, este trabalho mostrará que a formação de uma cooperativa não nasce, necessariamente, da adesão voluntária, e nem sempre consegue suprir as necessidades de todos os sócios, uma vez que estas variam muito de cooperado(a) para cooperado(a).

Os valores de uma cooperativa teoricamente se baseiam em ajuda mútua, participação, autonomia, práticas solidárias e democráticas. A forma pela qual seus valores são colocados em prática está descrita nos princípios cooperativos, que, por sua vez, existem desde 1844 com o surgimento da cooperativa de Rochdale. Estes, ao longo do tempo, sofreram algumas alterações, porém não deixaram de tomar

como base os primeiros criados; são eles: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos mesmos; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre as cooperativas e preocupação com a comunidade. Tais princípios devem estar contemplados no estatuto de qualquer cooperativa, uma vez que é um instrumento construído em assembleia e visa à regulação da vida do empreendimento, na medida em que delega funções e consolida decisões (Schmidt e Perius, 2003).

O ideal cooperativista, no entanto, embora proponha melhorias econômicas sociais e culturais, não necessariamente reverte as tendências estruturais, herdadas no Brasil pelo processo de colonização e pela condição de sociedade periférica dependente na ordem capitalista mundial (Schneider, 1981). A adoção pelo país de modelos cooperativos vividos na Europa não levou em conta a condição estrutural em que o mesmo estava inserido, o que acarretou, no contexto nacional, determinadas fragilidades e grandes limitações em tal modelo. Novaes (1981) ressalta que, embora o cooperativismo se modernize, de modo a tornar-se mais acessível e adaptável, se faz necessário considerar as diferenças entre a sua aplicação no país de origem e sua adoção nos moldes brasileiros de desenvolvimento, em virtude de que cada contexto socioeconômico em que é criada uma cooperativa apresenta diferentes resultados. Gonçalves (2008), ao analisar algumas experiências em cooperativas e associações no estado do Ceará ligadas à Agência de Desenvolvimento Solidário, pôde constatar que, apesar de manterem limitações, apresentam diversas particularidades, uma vez que cada empreendimento se origina de forma diferenciada, constrói uma identidade específica e progride de modo singular. Observou ainda que, no decorrer do desenvolvimento desses empreendimentos, alguns evoluíram tendo por base a reciprocidade, ao passo que outros não conseguiram cultivar laços solidários. Em meio a esses, houve também iniciativas que se consolidaram economicamente seguindo uma lógica racional capitalista, o que evidencia que certos empreendimentos, apesar de serem caracterizados como solidários, desenvolvem muitas vezes relações de exploração e de exclusão social, negando desta forma a solidariedade e a reciprocidade propostas pela Economia Solidária.

Contudo, é possível constatar que há cooperativas e associações que buscam cultivar

a solidariedade e lutam para que o empreendimento cresça dentro dos pressupostos da Economia Solidária. Porém, é em meio a esta luta que muitos empreendimentos solidários sofrem com a evasão de sócios, uma vez que, assim, a dificuldade de manter o número mínimo exigido por lei (20 cooperados) se torna cada vez maior.

De acordo com Nomura e Gaidzinski (2005), a entrada de pessoas em uma organização seguida pela evasão das mesmas pode ser definida como rotatividade. Este problema foi constatado por diversos autores ao pesquisarem cooperativas e associações: Gonçalves (2008), dentre as experiências que pesquisou no Ceará, deparou-se com a Coopsol, uma cooperativa que atua no segmento de confecção e sofreu uma alta rotatividade de mulheres no empreendimento em virtude das dificuldades financeiras. De acordo com a autora, das 21 sócias que constavam na ata, seis desistiram por receberem um valor inferior a 1 salário mínimo; já Prado e Oliveira (2000) estudaram o caso da ASCAS (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São João Del Rei), um empreendimento que sofre com a desistência de sócios, uma vez que estes aderem ao grupo, mas optam por sair logo após as primeiras reuniões; estes últimos autores trabalharam ainda com a COOPER COSTURA, uma cooperativa situada no estado de Minas Gerais, constituída por poucas mulheres, donas de casa que dependem da cooperativa para contribuir na renda familiar. De acordo com os autores, a evasão das sócias é um problema muito frequente no empreendimento; neste caso, as cooperadas, ao entrarem na cooperativa, têm a oportunidade de se especializar no ramo da costura e, após estarem qualificadas, optam por trabalhar em empresas privadas em função da remuneração financeira ser maior que aquela proposta pela cooperativa.

Para Moisés (2009), a rotatividade de pessoas em uma organização pode exercer um peso decisivo sobre ela, uma vez que prejudica, dentre diversos fatores, a produção, seja pelo número reduzido de trabalhadores, seja pela saída de profissionais experientes.

No caso da COOPERDUS, cooperativa foco deste estudo, a rotatividade das sócias impactou negativamente a consolidação do empreendimento como organização cooperativa, trazendo, desta forma, diversas consequências, sobretudo a dificuldade de ser fiel à lei sobre o número mínimo exigido de 20 cooperados. Frente a este problema, buscou-se, nesse tra-

balho, identificar os motivos que levaram ao desligamento de algumas cooperadas da COOPERDUS, bem como entender as motivações responsáveis pela permanência das mulheres que optaram por dar continuidade à cooperativa.

## Metodologia

Esta pesquisa foi realizada durante as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão vinculado ao PAES, como já mencionado anteriormente, denominado Ação de Extensão Universitária no Âmbito da Economia Solidária e da Autogestão. No decorrer do ano de 2010, as observações foram registradas por meio da utilização do diário de campo, que, de acordo com Hess (2006), é um importante instrumento de registro em uma pesquisa, uma vez que é capaz de captar as percepções frente às atividades praticadas, possibilitando posteriormente, por meio da leitura, uma reflexão acerca do que foi vivenciado.

Após reunir as observações dos pesquisadores, relatadas no diário de campo, no mês de novembro, já no término do projeto, foi elaborado um questionário para ser aplicado junto às mulheres que permaneceram na cooperativa, e outro para algumas mulheres que optaram por sair do empreendimento. Desta forma, foram feitas as entrevistas gravadas, a partir de um roteiro semiestruturado. O público-alvo foi constituído por oito mulheres (seis delas cooperadas e duas ex-cooperadas). As entrevistas tiveram um tempo total de gravação de 1 hora e 45 minutos; foram transcritas pelas autoras, sendo que as falas foram apresentadas fielmente conforme as entrevistadas manifestavam em suas contribuições.

Em síntese, este foi um estudo de caso único, cujo fim de investigação se caracterizou por uma pesquisa descritiva. Como expressa Gil (1999, p. 27), este tipo de pesquisa ocorre quando se utiliza de “[...] técnicas pautadas em coleta de dados e sua descrição [...]”, ou quando se realiza um estudo cuja finalidade seja levantar opiniões ou atitudes das pessoas (Gil, 2002). O meio de investigação foi, portanto, uma pesquisa de campo que foi desenvolvida por meio de observações das atividades do grupo estudado e com entrevistas capazes de captar as informações almejadas; neste sentido, os pesquisadores tiveram a experiência direta com a situação em estudo (Gil, 2002). A abordagem desta pesquisa foi predominantemente qualitativa, o que permitiu aos pesquisadores

entenderem os fenômenos na perspectiva dos pesquisados, bem como construir interpretações acerca do que foi percebido, descoberto ou identificado (Neves, 1996).

## Resultados

### *História: Como surgiu a COOPERDUS?*

A COOPERDUS, diferentemente de muitas cooperativas, não nasceu de uma demanda vinda dos associados, mas através do estímulo de uma instituição filantrópica: a ABADEUS. A Associação Beneficente situa-se no bairro Cristo Redentor, considerado um dos bairros de maior vulnerabilidade social da cidade de Criciúma (SC). Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com o Centro de Tecnologia em Materiais (CTCMAT), a ABADEUS oferece cursos gratuitos de qualificação profissional; dentre esses, encontra-se o curso de costura, principal fonte de renda da cooperativa, de onde vieram as primeiras mulheres a se tornarem cooperadas.

Com vistas à geração de trabalho e renda, a presidente da ABADEUS sonhava em montar uma cooperativa, cujo objetivo seria atender à demanda por trabalho das mulheres residentes no bairro. Elas estavam excluídas do mercado de trabalho formal e passariam a ter uma fonte de renda, tendo a possibilidade de trabalhar próximo aos seus lares com jornadas de trabalho flexíveis (essa impossibilidade era o motivo pelo qual muitas estavam desempregadas). Desta forma, em 2005, com a participação inicial de três mulheres, a Cooperativa teve seu início e contou com o apoio da professora do curso de costura e do SEBRAE, como cita uma das cooperadas:

*Era sonho da [presidente da ABADEUS] criar uma cooperativa. [...] A professora de costura foi quem conseguiu o serviço. [...] A gente fazia umas bolsas para Porto Alegre. [...] Só que acabou o serviço, e daí a gente começou a bordar para uma loja. E logo após quem trazia serviço era uma representante do SEBRAE (Cooperada n°1, 2010).*

Havia oferta de trabalho por parte das cooperadas, porém a demanda era escassa. Diante deste fato, a presidente da ABADEUS contratou uma artista plástica com especialidade em moda para dar suporte à produção das cooperadas. A profissional tinha um projeto deno-

minado RECRUA, que visa à geração de renda por meio de uma produção sustentável; após a contratação, esta era responsável por identificar no mercado demandas que a cooperativa pudesse suprir, como narra uma cooperada:

*Como o serviço foi acabando e já estavam todas desanimadas, sendo que queriam desistir da cooperativa, a [presidente da ABADEUS] veio falar com a gente e disse que não era pra gente desistir porque as coisas iriam melhorar. Foi então que a ABADEUS contratou a [artista plástica] por dois meses para dar assessoria pra gente. Ela trazia serviço e ensinava as mulheres a trabalhar. Depois, a [artista plástica] ia sair, então a gente começou a pagar ela porque a gente queria que ela ficasse (Cooperada n°1, 2010).*

Com o passar do tempo, mais cooperadas se associaram ao empreendimento, e a cooperativa passou a ser uma importante fonte de renda para as mulheres residentes no bairro, como relatam as associadas:

*O meu marido trabalha para o sustento, e se meus filhos precisam de algum calçado ou roupa, daí eu ajudo (Cooperada n°2, 2010).*

*Eu já cresci muito, porque antes de eu ser costureira eu era empregada doméstica, eu ganhava 1 salário mínimo e aqui eu já cheguei a ganhar 3 (Cooperada n°1, 2010).*

*Nós trabalhamos aqui porque não precisamos cumprir horário, nós cumprimos com os nossos compromissos: tem vezes que trabalhamos em feriados e o dia inteiro, pra honrar com a nossa obrigação, nem todas podem trabalhar com horário fixo (Cooperada n°3, 2010).*

A cooperativa foi constituída aos poucos e funcionou cerca de três anos sem estar legalmente documentada. Foi somente em 2008 que o estatuto foi criado, e assim a cooperativa passou a ser denominada COOPERDUS – Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o estatuto, este empreendimento se caracteriza como uma sociedade de natureza civil de responsabilidade limitada. O documento autoriza a cooperativa a atuar em segmentos de artesanato, móveis, confecções, produtos cerâmicos, customização de tecidos e roupas, conservação e limpeza, jardinagem e paisagismo, reciclagem e preservação e recuperação ambiental. Porém, a cooperativa optou por atuar somente nos segmentos de confecção e customização de tecidos e roupas.

Desde seu início, a COOPERDUS está instalada nas dependências da ABADEUS, cuja infraestrutura consiste numa sala de 30 m<sup>2</sup>. Os encargos como energia elétrica e água foram supridos pela instituição beneficente até o ano de 2010, quando as cooperadas passaram a assumir as despesas e a pagar uma taxa para a utilização do local. A matéria-prima utilizada pela cooperativa também advém da ABADEUS, que recebe tecidos por meio de doações e os repassa gratuitamente às cooperadas. Com o material recebido, as mulheres confeccionam bolsas, almofadas, objetos decorativos, entre outros. Uma segunda fonte de renda são as empresas que terceirizam serviços; estas fornecem o material às cooperadas, que, por sua vez, devolvem o produto acabado. Os valores recebidos pela produção são divididos de acordo com a tarefa que cada cooperada exerce, o que provoca atritos pela disparidade da remuneração recebida por cada trabalhadora.

A cooperativa nunca teve exatamente uma hierarquia; normalmente as decisões eram tomadas em pequenos grupos, em meio à produção e não em uma assembleia formal, o que acarretava em desentendimentos por não estarem todas as cooperadas cientes das mesmas informações. A liderança principal do grupo não era a presidente, mas a funcionária contratada para dar suporte à produção, sendo a mesma responsável também pela parte financeira e contábil. O empreendimento apresentou deficiências com relação à parte técnica, transações não contabilizadas e consequente irregularidade fiscal. Além destas fragilidades com relação à hierarquia e ao âmbito técnico e gerencial, a cooperativa apresentou dificuldades em seguir algumas normas determinadas pelo estatuto, sendo a principal delas manter o número mínimo de 20 cooperadas. Como destacado anteriormente, foi possível constatar que este problema não é exclusivo da COOPERDUS, mas uma fragilidade vivida por muitas cooperativas que buscam se consolidar no mercado seguindo os pressupostos da Economia Solidária, conforme apontam os trabalhos de Prado e Oliveira (2000) e Gonçalves (2008).

### ***Os fatores responsáveis pela rotatividade***

A cooperativa, desde a sua fundação, encontrou dificuldades em seguir a legislação vigente no que diz ao respeito ao número mínimo de 20 associados. As atividades realizadas pelo projeto de extensão e a pesquisa permiti-

ram identificar as principais causas responsáveis pela rotatividade das cooperadas no empreendimento.

### ***Dificuldade em exercer a autogestão***

As mulheres, em função da baixa escolaridade e do próprio contexto de vulnerabilidade social em que viviam, tinham dificuldades em exercer na prática a autogestão. É importante destacar que esta dificuldade de administrar um empreendimento é um problema enfrentado por muitas cooperativas. Sícoli (2007) aborda esta questão ao pesquisar a COOPERMAPE, uma cooperativa de catadores situada no estado de São Paulo. De acordo com a autora, o empreendimento enfrenta desafios ao se deparar com questões técnicas, financeiras e contábeis; ressalta ainda que, para os cooperados, é realmente difícil gerir em conjunto, uma vez que é preciso administrar, sobretudo, os conflitos interpessoais.

Na COOPERDUS, as fragilidades estavam presentes nos momentos da tomada de decisões, na divisão das sobras, na construção de um fluxo de caixa, na busca por clientes, entre outras situações. A responsável por todas essas atividades era a funcionária contratada para dar suporte à produção da cooperativa. Algumas cooperadas concordavam com o fato de a contratada gerir o empreendimento; no entanto, havia mulheres descontentes, pois achavam injusto uma funcionária – que em momento algum quis se tornar cooperada – desempenhar função tão importante. Esta divergência perturbava algumas cooperadas, porém elas não se sentiam à vontade para explicar suas angústias e acabavam por sair da cooperativa.

A prática da autogestão, como já dito anteriormente, faz-se relevante quando se trata de um empreendimento solidário. Contudo, mesmo em sua ausência, é possível verificar a presença de solidariedade entre as pessoas, como no caso da COOPERDUS, em que as mulheres tinham dificuldades em gerir a cooperativa, mas em muitos momentos mostravam-se solidárias umas com as outras:

*Em primeiro lugar isso aqui é a minha segunda família, é muito bom, eu gosto daqui, penso assim: que quando eu entrei não sabia nada, e a minha visão de hoje é diferente. Não é só porque é uma cooperativa, tem só que trabalhar, a gente tem que se entender uma com a outra, tem que ajudar a outra (Cooperada n<sup>o</sup>4, 2010).*

Contudo, a COOPERDUS, além de ter essas dificuldades em exercer autogestão, sofria com a indefinição de uma gestão igualitária e com a ausência de um presidente mais efetivo e atuante. Quando a cooperativa foi formalizada, elegeu seu primeiro presidente (marido de uma das cooperadas), porém esta não era a sua única ocupação, e ele tampouco conseguia dedicar ao empreendimento o tempo necessário demandado. Esta incompatibilidade do presidente com as demais cooperadas acarretou problemas para as mulheres, pois elas se sentiam desorientadas e, quando queriam se dirigir a alguém para tratar de algo importante, não tinham a quem se reportar. Por isso, uma das atividades durante o projeto de extensão foi incentivar uma assembleia para eleger um novo presidente e um corpo administrativo.

Desta forma, uma nova hierarquia foi definida, porém mais uma vez não foi exercida em função de algumas cooperadas eleitas terem se afastado da cooperativa. O novo presidente, no início, mostrou-se interessado, contudo, no decorrer do seu mandato, mostrou-se autoritário e pouco paciente com as cooperadas e optou por abandonar seu cargo em época eleitoral, para apoiar um candidato político. A cooperativa continuou sem presidente, e as cooperadas continuaram a se dirigir à funcionária contratada quando precisavam discutir um determinado assunto, tendo em vista a dificuldade que elas tinham em resolver problemas técnicos, financeiros e burocráticos. A ausência de uma liderança ativa enfraqueceu muito as relações entre as cooperadas, e, enquanto se desgastavam em meio a discussões e desentendimentos, algumas mulheres optaram por desistir da cooperativa, pois não tinham ânimo para voltar a trabalhar em um ambiente desestruturado. Vale ressaltar aqui que nenhuma das mulheres da cooperativa possuía interesse em assumir o cargo de presidente; umas alegavam a dificuldade de serem analfabetas, outras afirmavam não dispor de tempo para desempenhar a função.

Esta rotatividade na gestão do empreendimento também foi destacada por Sícoli (2007), que se deparou com esta dificuldade quando pesquisou a COOPERMAPE. De acordo com a autora, no prazo de um ano e meio, a diretoria do empreendimento sofreu três modificações, e, assim como a COOPERDUS, este empreendimento também passou pela dificuldade de uma presidência autoritária.

Paralelamente às dificuldades acima, a cooperativa sofre ainda, desde a sua criação, de

uma forte dependência da ABADEUS, não apenas no que diz respeito ao espaço físico pertencente à instituição, mas também nos momentos de tomada de decisão, uma vez que as cooperadas temiam tomar qualquer atitude sem antes consultar a presidente da ABADEUS. Quando se fez a pergunta referente ao que estava faltando para a cooperativa continuar crescendo, uma cooperada respondeu: "A cooperativa vai melhorar quando ela adquirir independência" (Cooperada nº3, 2010).

### *Desigualdade na divisão das sobras*

Como não eram as cooperadas, mas a funcionária a responsável por dividir as sobras, muitas trabalhadoras ficavam descontentes com o que recebiam. A divisão era feita de acordo com a função desempenhada (corte, costura, bordado, entre outros); desta forma, as mulheres que trabalhavam na máquina de costura eram mais valorizadas do que aquelas que cortavam o tecido ou que bordavam. Algumas cooperadas eram analfabetas e, quando a função exigia algum cálculo, não podiam participar da produção que exigisse essa habilidade, o que acarretava também desigualdades na distribuição das sobras.

*Comecei fazendo corações e faço de tudo que me pedem, menos aquilo que precisa contar (Cooperada nº 2, 2010).*

*Eu achava que aquelas ali, que eram menos esclarecidas e tinham menos cultura, que elas eram muito exploradas pelas outras. [...] Os salários de umas se sobressaíam sobre os das outras. [...] A cooperativa precisa de um pensamento mais comunitário mesmo (Ex-cooperada, 2010).*

O que se vê por meio desta situação é que as cooperadas não tinham uma visão sistêmica, mas um olhar fragmentado da produção. Havia mulheres que não davam a devida importância a esta questão e se satisfaziam com qualquer quantia recebida, porém outras cooperadas, muito descontentes, optaram por sair da cooperativa. Vale ressaltar que esta decisão, de dividir as sobras com base na função desempenhada, partia sobretudo das cooperadas mais antigas, que, por sua vez, mantinham forte resistência à entrada de novas associadas. As mulheres que estavam na cooperativa há mais tempo tinham regalias com a ABADEUS e tinham certo ciúme quando uma nova cooperada surgia; por este motivo, não distribuíam as sobras igualmente, pois achavam

injusto uma cooperada que estava no empreendimento há mais tempo receber o mesmo valor que uma recém-integrante. O caso é que a COOPERDUS nasceu impulsionada e não se originou de forma autônoma; talvez este seja o motivo pelo qual as cooperadas não deem a importância devida à adesão de novas sócias. Para Lima (2004, p. 57), “[a] aceitação de novos membros resulta em problemas de envolvimento com a cooperativa, já que os novos não participaram das lutas [...] e apresentam um envolvimento menor [...]”

Esta dificuldade relacionada à rotatividade de sócios também é evidenciada por Prado e Oliveira (2000) quando pesquisaram a ASCAS. Neste estudo, os autores verificaram que a desistência de sócios é um problema bastante frequente no empreendimento. É possível fazer um paralelo entre a realidade da ASCAS e a COOPERDUS no que diz respeito à divisão das sobras, uma vez que, neste caso, a divisão não é igualitária entre todos os membros, mas é feita com base na coleta de materiais realizada por cada associado. Uma das cooperadas da COOPERDUS relata o desconforto vivido referente a este assunto: “Porque o que eu entendo por cooperativismo [...] teria que dividir os lucros igualmente entre todas elas né, e no caso não está sendo feito” (Cooperada nº 1, 2010).

### *Assimetria de informações*

Diante da ausência de assembleias, as cooperadas decidiam assuntos importantes em pequenos grupos e, muitas vezes, não comunicavam as decisões às demais associadas. Assim, a cooperativa passou a enfrentar problemas com relação à ausência ou à disparidade de informação. O valor individual das sobras também não era de conhecimento de todas, ou seja, elas não sabiam quanto exatamente recebia cada associada; a única pessoa ciente de toda a divisão era a funcionária, em virtude de ser ela a responsável pelo fluxo de caixa da cooperativa. Esta assimetria de informação causava desconfiança em algumas cooperadas, e foi este um dos motivos que levou à desistência de algumas mulheres seguir na cooperativa.

Vale ressaltar que uma comunicação falha exerce um impacto muito negativo sobre qualquer organização. Em se tratando de um empreendimento econômico solidário, este caso se agrava, uma vez que, enquanto alguns têm por base a autogestão, outros a ignoram in-

voluntariamente, despertando atrito entre os sócios. Sendo assim, é importante que, numa cooperativa, as informações pertinentes a ela sejam transmitidas de modo igualitário a todos os cooperados, evitando futuros desentendimentos. Bertolin *et al.* (2008) definem a assimetria de informação como um fenômeno no qual algumas pessoas detêm mais informações que outras, gerando um ambiente de desconfiança e insegurança. De acordo com os autores supracitados:

*[...] as organizações cooperativas são estruturas que não se sustentam sem o movimento das transações realizadas pelos membros cooperados, há necessidade de fidelidade dos membros em suas transações com a organização, assumindo a confiança um importante papel no mecanismo de coordenação nas relações entre as partes. Para desenvolver este mecanismo, as ações dos dirigentes da cooperativa devem valorizar a gestão da informação, utilizando-se de instâncias que reduzam a assimetria de informações entre a cooperativa e os membros associados, como as assembleias dos sócios [...]* (Bertolin *et al.*, 2008, p. 62).

Contudo, esta atitude sugerida pelos autores é algo difícil de ser colocado em prática em muitas organizações solidárias. Bertolin *et al.* (2008), ao pesquisarem uma cooperativa de cafeicultores no estado de Minas Gerais, evidenciaram um alto nível de assimetria nas informações, principalmente no que diz respeito à parte financeira e comercial. Neste caso, o problema se dava pela falta de comunicação entre os dirigentes, o conselho fiscal e os demais associados, sendo verificado um alto desinteresse dos associados em participar das assembleias e em ter acesso às informações. Na COOPERDUS, este era um problema bastante sério; no entanto, embora as mulheres se interessassem nos assuntos burocráticos, muitas não podiam frequentar as reuniões em função do horário, uma vez que não podiam sair de casa à noite, pois tinham que cuidar dos filhos. Muitas informações acabavam sendo omitidas, de modo que a desconfiança foi se propagando entre as mulheres, até levar ao desligamento de algumas cooperadas.

### *Dificuldade financeira*

Houve períodos em que a cooperativa pôde contar com uma alta demanda por serviços terceirizados, porém, durante outras semanas ou meses, não havia produção. Então, nestas épocas de baixa produção, as cooperadas

seguiam com a produção de bolsas ou de objetos decorativos, feitos com tecidos doados pela ABADEUS. No entanto, estes produtos não tinham uma demanda definida e, em função disto, as cooperadas encontravam-se vulneráveis no mercado, uma vez que arriscavam produzir sem ter a certeza de que o produto seria vendido. Neste caso, o valor das sobras diminuía muito, e, para aquelas cooperadas que dependiam inteiramente da renda da cooperativa, o impacto financeiro no orçamento acabava sendo altamente prejudicial. Desta forma, a instabilidade financeira fez com que algumas cooperadas optassem pelo mercado de trabalho formal, pois este tem a vantagem de ofertar uma garantia em valores monetários que a cooperativa não conseguia dar.

Paralelamente a isto, é importante ressaltar que um fator decisivo responsável pelo desligamento de algumas mulheres foi a própria qualificação que receberam gratuitamente da ABADEUS. Por meio do curso de costura ofertado pela instituição filantrópica, as cooperadas tinham a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e desenvolver maiores habilidades referentes à profissão. Desta forma, aquelas mulheres que ingressassem na cooperativa sem dominar todas as atividades tinham a opção de se qualificar. No entanto, como as indústrias de confecção não estão mais dispostas a capacitar seus funcionários, pagam salários maiores para aqueles que já apresentam qualificação profissional. E este foi o procedimento que levou à desistência de algumas cooperadas, que, descontentes com suas remunerações, abandonaram o empreendimento em busca de um salário mais atraente e uma consequente situação financeira mais estável.

O dilema supracitado foi apontado por Prado e Oliveira (2000) quando pesquisaram a COOPERCOSTURA, uma cooperativa que enfrenta uma alta rotatividade de mulheres em função da especialização que obtêm, uma vez que se qualificam por meio de cursos ofertados pela prefeitura e passam então a trabalhar para as fábricas da cidade, com vistas a receberem um salário melhor, pois essas mulheres, assim como as da COOPERDUS, sofrem com o prejuízo financeiro devido à queda das vendas em muitos períodos do ano. Uma das sócias da COOPERCOSTURA chegou a afirmar que entende a cooperativa como uma escola, onde as mulheres iniciam desqualificadas e saem especializadas, com emprego garantido em outro local.

É válido frisar aqui que o ingresso de cooperadas na COOPERDUS algumas vezes não

ocorreu pelo ideal da autogestão ou pela busca de autonomia, mas exclusivamente pelo fato de a cooperativa representar uma fonte de renda. Neste sentido, algumas mulheres entraram na cooperativa com este objetivo e acabaram frustradas por receberem pouco em função das atividades que desempenhavam. Uma ex-cooperada relata este desconforto vivido por ela e pela sua filha:

*É que nós já estávamos acostumadas com facção de firma né, que tem uma visão só para o lucro. Por exemplo, quando eu e a minha filha entramos lá, nós entramos visando isso, o salário, quanto mais produzisse mais ganhava. [...] Mas o salário era muito pouco, não dava para as despesas da casa, por exemplo, se tu paga a água, luz e telefone, não sobrava para comida, nunca chegou a 300 reais por mês. [...] Quando você não tem dinheiro para pagar as suas contas, você não tem tranquilidade para trabalhar (Ex-cooperada, 2010).*

Esta dificuldade relacionada à questão financeira é um problema presente em muitos empreendimentos solidários, e a mesma foi evidenciada por Gonçalves (2008), que, ao analisar a Coopsol, verificou uma alta rotatividade de mulheres no empreendimento em virtude das dificuldades financeiras. Vale ressaltar que, assim como ocorre na COOPERDUS, este problema da Coopsol está diretamente relacionado à desestabilidade do empreendimento no mercado, que se dá em função da dificuldade que as cooperadas enfrentam em identificar oportunidades de vendas, como também no processo de negociação com clientes. Contudo, a autora ressalta que as mulheres que permaneceram na cooperativa não se atêm estritamente às motivações econômicas, mas buscam outras motivações para darem continuidade ao empreendimento solidário, do mesmo modo que ocorre na COOPERDUS:

*Eu acho que a cooperativa vai crescer muito, porque já crescemos bastante (Cooperada n° 4, 2010).*

*Eu tenho fé que a cooperativa cresça (Cooperada n°2, 2010).*

*A cooperativa já cresceu muito e acredito muito que ela vai crescer mais ainda, e que tudo irá melhorar cada vez mais (Cooperada n° 3, 2010).*

A rotatividade de sócios nos empreendimentos solidários ocorre, em grande parte, por motivos financeiros, como é possível evidenciar na COOPERMAPE, cooperativa de ca-

tadores situada no estado de São Paulo. Sícoli (2007), ao estudar tal empreendimento, constatou que o principal problema enfrentado pela cooperativa era a rotatividade de sócios, que se dava, sobretudo, em virtude da baixa remuneração.

### Considerações finais

Esta pesquisa permitiu constatar que a Economia Solidária ainda é difícil de ser praticada em sua essência. A COOPERDUS representa este desafio, uma vez que busca embasar sua vivência na solidariedade, contudo enfrenta diariamente as limitações impostas a um empreendimento econômico solidário, que, ao nascer, já pode prever a infinidade de barreiras que virão até o processo de consolidação – quando há realmente uma expectativa de tal consolidação.

Por meio da pesquisa, pôde-se concluir que, na COOPERDUS, a rotatividade é uma consequência de diversos fatores: da dificuldade em exercer autonomia; das barreiras impostas por uma presidência inativa; da incompatibilidade nas tomadas de decisões decorrente da assimetria de informações; da injustiça mascarada pela divisão desigual das sobras, vinculada à resistência das cooperadas antigas à entrada de novas cooperadas; da própria qualificação profissional gratuita que permitia a especialização; mas o motivo mais forte, responsável pela evasão de mulheres, centra-se nas dificuldades financeiras.

O que se pode constatar é que, embora a busca pela autogestão, pela autonomia e por horário flexível de trabalho sejam fatores que levem algumas pessoas a optarem pela cooperativa, deve-se ter claro que, na COOPERDUS, o baixo retorno financeiro foi decisivo para muitas mulheres. Afinal, não ter dinheiro suficiente para pagar as contas e manter o próprio sustento é um forte motivo capaz de levar à busca por um salário fixo e uma situação financeira mais estável.

A hipótese levantada frente a estes resultados é a de que, se as cooperadas antigas acolhessem de forma solidária as recém-integrantes, compartilhando as informações relevantes, as sobras seriam mais igualmente divididas, o que consequentemente contentaria as mulheres no sentido financeiro, evitando, assim, a rotatividade. O caso é que a COOPERDUS não foi uma demanda vinda das próprias mulheres. Embora tenha nascido frente a uma necessidade, esta cooperativa foi impulsionada, desde o início, por uma instituição benefi-

cente, que, na medida em que colaborava com o processo de incubação, inibia a cooperativa, mesmo que involuntariamente, de caminhar com as próprias pernas. Logo, não poderia ser diferente; portanto, a conclusão deste trabalho é que a rotatividade de mulheres na COOPERDUS, embora esteja relacionada a todos os fatores supracitados, é fruto da forte dependência que a cooperativa tem da instituição que lhe deu origem.

Por fim, vale ressaltar que, embora a evasão de mulheres exerça um impacto negativo sobre a COOPERDUS, ela também serviu para unir ainda mais as mulheres que optaram por continuar no empreendimento, tendo em vista que só ficaram as cooperadas que acreditaram de fato no seu desenvolvimento, que buscaram exercer juntas a gestão e o compartilhamento de decisões, além de cultivarem a solidariedade entre si. Para elas, a cooperativa representa muito mais que uma fonte de renda. Vale acrescentar que a “a solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo [...] A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade” (Lisboa, 2005, p. 6).

### Referências

- ALBUQUERQUE, P.P. 2003. Autogestão. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 20-26.
- ANTUNES, R. 1992. *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979-1980*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992. 220 p.
- ARRUDA, M. 2003. Socioeconomia Solidária. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 232-241.
- BARRETO, R. de O.; PAULA, A.P.P. de. 2009. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cad. EBAPE.BR*, 7(2):199-213. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512009000200003>
- BERTOLIN, R.V.; SANTOS, A.C. dos; LIMA, J.B. de; BRAGA, M.J. 2008. Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. *Revista de Administração Contemporânea*. 2:59-81. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552008000100004>
- CATTANI, A.D. 2003. A outra economia: conceitos essenciais. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 9-15.
- CRUZ, P.S.A. da. 2000. *A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro, Suma Econômica, 112 p.
- GAIGER, L.I. 2003. Empreendimentos econômicos solidários. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 135-143.

- GIL, A.C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas, 207 p.
- GIL, A.C. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 175 p.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. 2008. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. *Revista Katálysis*, **11**(1):132-142.
- HESS, R. 2006. Momento do diário e diário dos momentos. In: E.C. de SOUZA; M.H.M.B. ABRAHÃO (orgs.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 89-104.
- LIMA, J.C. 2004. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **19**(56):46-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000300004>
- LISBOA, A. de M. 2004. Economia solidária hoje: significado e perspectivas. *Texto para Discussão*, vol. 5. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2009/08/armand05-04.pdf>. Acesso em: 16/04/2011.
- LISBOA, A. de M. 2005. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas*, **45**(3):109-115.
- MOISÉS, P.M. 2009. O trabalho na economia solidária: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7X3MJ5>. Acesso em: 02/02/2012.
- NEVES, J.L. 1996. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisas em Administração*, **1**(3). Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 18/06/2012.
- NOMURA, F.H.; GAIDZINSKI, R.R. 2005. Rotatividade da equipe de enfermagem: estudo em hospital-escola. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, **3**(5):648-653. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692005000500007>
- NOVAES, J.R.P. 1981. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: E.C. LEÃO; M.R.G. LOUREIRO; M.M.C. da SILVA, *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, p. 41-74.
- PRADO, B.A.; OLIVEIRA, B.A.M. 2000. Empreendimentos Solidários no Campo das Vertentes: algumas considerações sobre o desenvolvimento da Outra Economia. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/536>. Acesso em: 17/05/2011.
- RECH, D. 2000. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro, DP&A, 190 p.
- RICCIARDI, L.; LEMOS, R.J. de. 2000. *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo, LTR.
- SCHMIDT, D.; PERIUS, V. 2003. Cooperativismo – cooperativa. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 63-72.
- SCHNEIDER, J.E. 1981. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: E.C. LEÃO; M.R.G. LOUREIRO; M.M.C. da SILVA, *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, p. 11-40.
- SÍCOLI, J.L. 2007. *Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: Estudo etnográfico da Coopermape – Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20082007-105437/pt-br.php>. Acesso em: 03/01/2012.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P. 2003. Economia Solidária. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 116-125.
- VEIGA, S.M.; FONSECA, I. 2002. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro, DP&A 106 p.

Submetido: 14/03/2012

Aceito: 11/09/2012